



Repercussão Geral *em Pauta*

Informativo periódico, elaborado pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Secretaria de Gestão de Precedentes do STF, objetiva auxiliar a gestão da repercussão geral no Poder Judiciário e apresenta as mais recentes informações deste Tribunal sobre o assunto.



Mérito da Repercussão Geral

Julgamentos



Tema: 1.199



Processo(s): ARE 843.989



Relator: Min. Alexandre de Moraes

Título: Definição de eventual (IR)RETROATIVIDADE das disposições da Lei 14.230/2021, em especial, em relação: (I) A necessidade da presença do elemento subjetivo – dolo – para a configuração do ato de improbidade administrativa, inclusive no artigo 10 da LIA; e (II) A aplicação dos novos prazos de prescrição geral e intercorrente.

Foi fixada a seguinte tese: “1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”

Agenda 2030 da ONU:



Acórdãos Publicados



Tema: 661



Processo(s): RE 625.263-ED



Redator do Acórdão: Min. Alexandre de Moraes

[Inteiro teor](#)

Acórdão publicado: Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Agenda 2030 da ONU:





Temas com Trânsito em Julgado



Tema: 528



Processo(s): RE 658.312



Relator: Min. Dias Toffoli

Título: Recepção, pela CF/88, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.

Agenda 2030 da ONU:



Tema: 779



Processo(s): RE 808.202



Relator: Min. Dias Toffoli

Título: Aplicabilidade do teto constitucional à remuneração de substitutos (interinos) designados para o exercício de função notarial e registral em serventias extrajudiciais.

Agenda 2030 da ONU:



Tema: 1.179



Processo(s): ARE 1.343.477



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Título: Forma de cálculo do piso salarial devido aos professores da rede de educação básica, considerando a proporcionalidade com o piso nacional para jornada de 40 horas semanais (Lei Federal 11.738/2008) e a distribuição da carga horária dentro e fora de sala de aula.



Tema: 1.222



Processo(s): RE 1.371.095



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Título: Nulidade da constituição e inscrição em dívida ativa de créditos referentes a benefícios previdenciários ou assistenciais pagos indevidamente ou além do devido, constituídos por processos administrativos iniciados antes da vigência da Medida Provisória 780/2017, convertida na Lei 13.494/2017, e da Medida Provisória 871/2019, convertida na Lei 13.846/2019, bem como a discussão sobre a necessidade de seu refazimento.



Procedimentos de Admissibilidade

Temas em Julgamento



Tema: 1.230

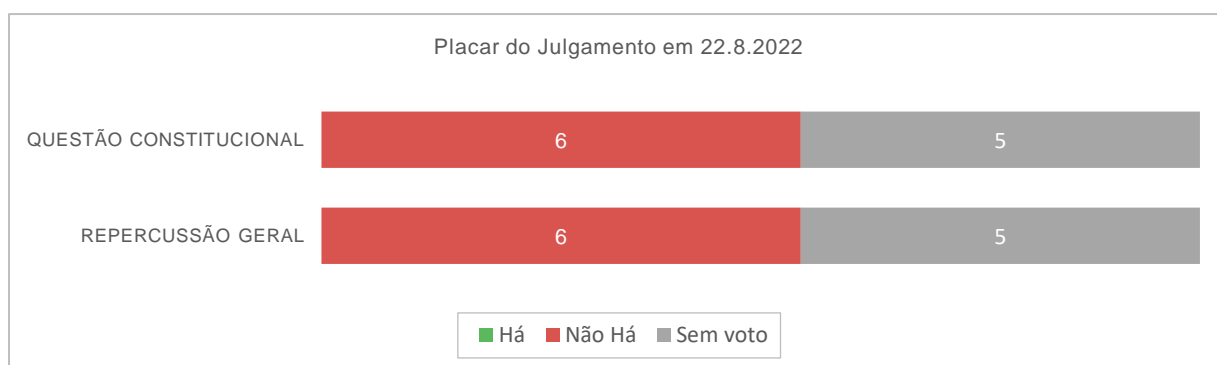


Processo(s): RE 1.341.179



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Termo inicial do reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do Poder Judiciário da União, considerando-se as disposições da Portaria Conjunta 1/2016 do Conselho Nacional de Justiça e da Portaria 297/2016 do Conselho da Justiça Federal.

Data prevista para o fim do julgamento: 1/9/2022



Tema: 1.231

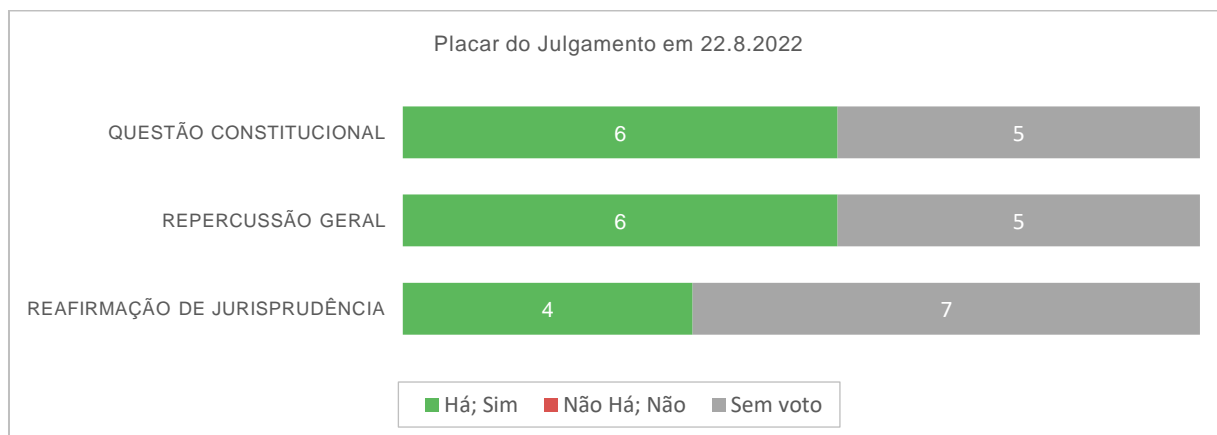


Processo(s): RE 1.359.139



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento





Título: Constitucionalidade da Lei 10.562/2017 do Município de Fortaleza, que fixa como teto para pagamento das requisições de pequeno valor (RPV) o equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, em face da capacidade econômica do ente federado e do princípio da proporcionalidade.

Data prevista para o fim do julgamento: 1/9/2022

Agenda 2030 da ONU:



Tema: 1.232

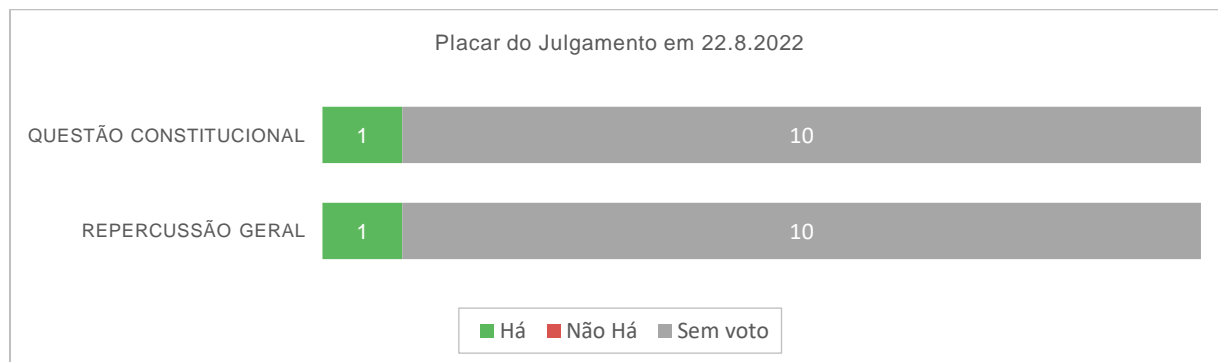


Processo(s): RE 1.387.795



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Possibilidade de inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante de grupo econômico que não participou do processo de conhecimento.

Data prevista para o fim do julgamento: 8/9/2022

Agenda 2030 da ONU:



Tema: 1.233

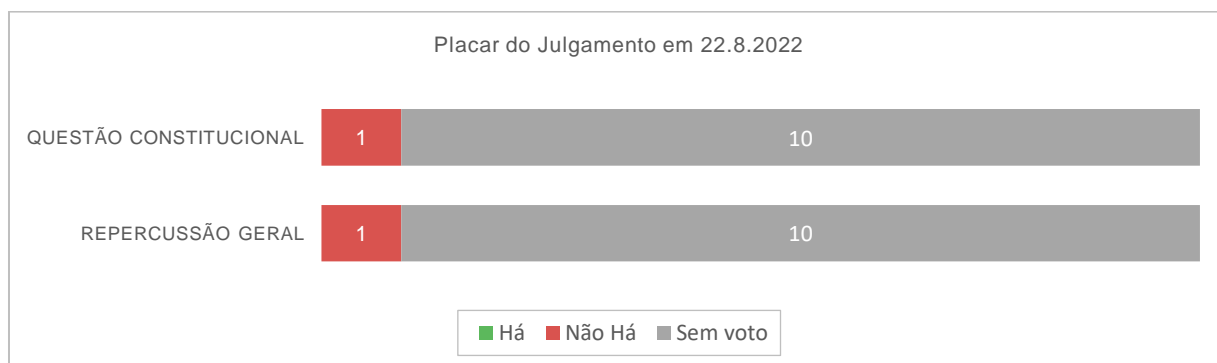


Processo(s): RE 1.348.274



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Possibilidade de cumulação do abono de permanência com indenização por dano decorrente de equívoco no indeferimento de aposentadoria de servidor público.

Data prevista para o fim do julgamento: 8/9/2022



Tema: 1.234

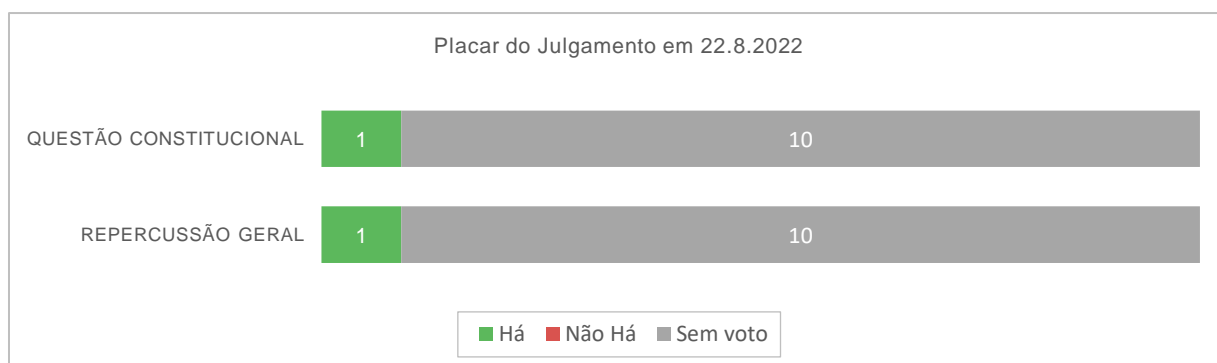


Processo(s): RE 1.366.243



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Legitimidade passiva da União e competência da Justiça Federal, nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS.

Data prevista para o fim do julgamento: 8/9/2022

Agenda 2030 da ONU:



Tema: 1.235

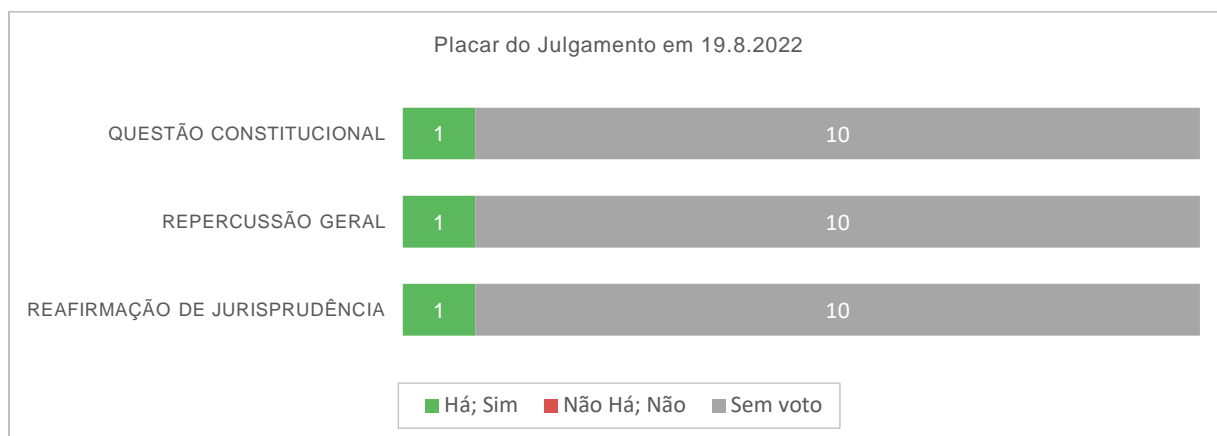


Processo(s): ARE 1.370.232



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Constitucionalidade da Lei 13.756/2004 do Município de São Paulo, que dispõe sobre a instalação de estação rádio base e dá ensejo à atividade fiscalizatória do município, quanto ao uso e ocupação do solo urbano em seu território.

Data prevista para fim do julgamento: 8/9/2022

Agenda 2030 da ONU:



Temas Finalizados



Tema: 1.228

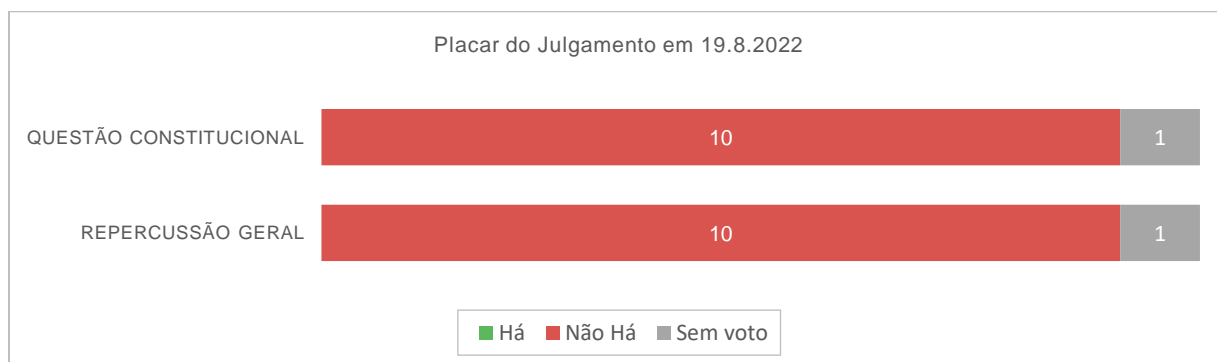


Processo(s): ARE 1.389.781



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Pagamento de sexta parcela de seguro defeso a pescador artesanal, após a vigência da Lei 13.134/2015, a fim de manter a correspondência do benefício com o mesmo prazo do período de defeso, fixado por órgão ambiental.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a inexistência de repercussão geral da questão, por não se tratar de matéria constitucional.



Tema: 1.229

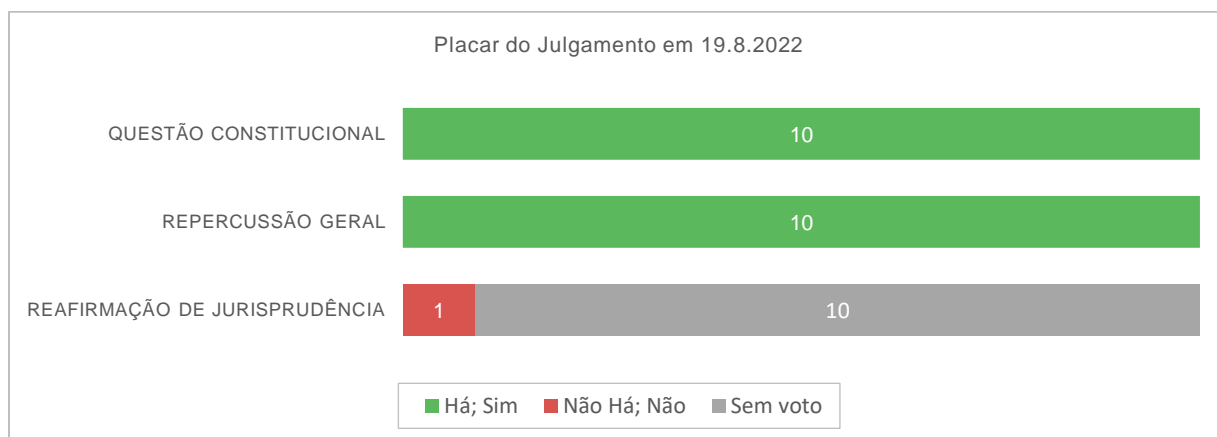


Processo(s): RE 1.355.228



Relator: Min. Nunes Marques

Manifestação do Relator - Placar do julgamento



Título: Saber se a substituição do titular da chefia do Poder Executivo, por breve período, em virtude de decisão judicial, é causa legítima da inelegibilidade (ou irreelegibilidade) para um segundo mandato consecutivo da qual trata o art. 14, § 5º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda de n. 16/1997.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada.

Agenda 2030 da ONU:





Informações

Notícias da Repercussão Geral

18/8/2022

- STF decide que mudanças na lei de improbidade não retroagem para condenações definitivas
Tribunal também entendeu que novo regime prescricional não retroage. Já para processos em andamento, Supremo considerou que nova lei deve ser aplicada, com análise de cada caso sobre se houve dolo (intenção).
-

17/8/2022

- STF realiza nesta quinta (18) seminário sobre a Agenda 2030 nas Supremas Cortes do Mercosul
O evento, com transmissão pelo canal do STF no YouTube, contará com a participação de ministros do STF e das Cortes Constitucionais do Paraguai e da Argentina.
-



Pautas do Plenário

Plenário Presencial

Paradigmas da repercussão geral incluídos no [calendário de julgamento](#) do Plenário do Supremo Tribunal Federal (sujeito a alterações):

Previstos para 25/8/2022



Tema: 548



Processo(s): RE 1.008.166



Relator: Min. Luiz Fux

Título: Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.

Agenda 2030 da ONU:



Sessões Virtuais do Plenário

TRIBUNAL PLENO – SESSÃO VIRTUAL DE 19 A 26/8/2022



Tema: 32



Processo(s): RE 566.622-ED-ED-ED



Relator: Min. Marco Aurélio

Título: Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.

Agenda 2030 da ONU:



Tema: 1.124



Processo(s): ARE 1.294.969-ED-ED



Relator: Min. Luiz Fux - Presidente

Título: Incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na cessão de direitos de compra e venda, ausente a transferência de propriedade pelo registro imobiliário.